
SEGUNDA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2016**NOTÍCIAS DE DESTAQUE****Comissão de Orçamento aprova R\$ 108,5 milhões para a reforma agrária**

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou, na quarta-feira (19), quatro emendas que aumentam despesas ao projeto da lei orçamentária para 2017 (PLN 18/16) no valor total de R\$ 1 bilhão. Uma das emendas destina R\$ 108,5 milhões ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) visando a aquisição de imóveis rurais para novos assentamentos da reforma agrária. As outras reservam recursos para a implantação de obras de infraestrutura hídrica no Nordeste (R\$ 200 milhões); saneamento básico em municípios com até 50 mil habitantes (R\$ 200 milhões); e desenvolvimento urbano (R\$ 500 milhões).

Crédito suplementar

A CMO aprovou ainda crédito suplementar (PLN 13/16) no valor de R\$ 471,7 milhões em benefício de diversos órgãos do Executivo. A maior parte destes recursos vai para o Ministério dos Transportes, para a aplicação em obras rodoviárias, ferroviárias e em hidrovias.

[Leia no site](#)

NOTÍCIAS INSTITUCIONAIS

24/10: MAPA - [Missão de Cuba está no Brasil para inspecionar frigoríficos de carne de aves e suínos](#)

20/10: PORTAL SEAD - [Brasília sedia, na semana que vem, a 5ª Fest Flor](#)

20/10: MMA - [Definidas regras para eleições do Conama](#)

21/10: CONAB - [Mercado adquire 5,7 mil t de café dos estoques públicos](#)

20/10: ASBRAER - [Agricultor investe em irrigação localizada e reduz mais de 80% no consumo de água e energia](#)

AGRICULTURA FAMILIAR E AFINS

21/10: JORNAL DE NOTÍCIAS - [SÃO FRANCISCO: Emenda de R\\$ 300 mi para revitalizar](#)

24/10: GLOBO.RURAL - [Novas regras facilitam acesso de cooperativas ao crédito](#)

22/10 - O ESTADO DE S. PAULO/SP - [A regra prejudica investimentos?](#)

22/10 - GOVERNO DO PIAUI - [Seminário discute Políticas Públicas da Agricultura Familiar](#)

MATÉRIAS NA ÍNTEGRA

20/10: PORTAL SEAD - [Brasília sedia, na semana que vem, a 5ª Fest Flor](#)

Entre os dias 27 e 30 de outubro, Brasília se tornará a cidade mais florida do país. O motivo é que a capital federal sediará a 5ª edição da Fest Flor Brasil - Feira Nacional da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais. O evento vai acontecer na sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com entrada gratuita. De acordo com os organizadores, o encontro deve movimentar entre dois e três milhões de reais em negócios.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor), o cultivo de flores na capital federal ultrapassou os 486 hectares em 2015. Aproximadamente 196 produtores atuam neste ramo, com áreas de produção média entre 2 a 3 hectares.

Uma pesquisa do Sebrae Nacional, divulgada em 2014, mostrou que Brasília aparece no ranking nacional como o maior consumidor per capita de flores ornamentais do país. Em média, o brasileiro gasta R\$44,23 / ano ante R\$26,27 da média nacional, movimentando cerca de R\$ 216 milhões por ano.

O paranaense Francisco Jakubowski de Carvalho, de 51 anos, é um dos agricultores familiares que vão participar do Fest Flor. Ele mora com a mulher e as três filhas no Núcleo Rural Alexandre Gusmão, em Brazlândia (DF). Natural de Icaraíma, município localizado a 650 quilômetros de Curitiba, ele conta que participar desses eventos é engrandecedor. “É uma oportunidade de vender meus produtos e mostrar o que faço para o Brasil”, diz.

Tendo a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) há mais de cinco anos, Francisco conta que o próximo passo é acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para investir na sua propriedade. “Pretendo levar meus documentos no escritório da Emater-DF na semana que vem para começar a dar entrada em um financiamento para melhorar minha produção de flores”, comenta.

O evento

A FestFlor Brasil, é o principal evento do setor de flores, decoração e paisagismo da capital federal. A expectativa é de 15 mil visitantes nesta 5ª edição. Um dos objetivos do evento é integrar produtores, fornecedores, decoradores, lojistas, técnicos e consumidores.

Nos 150 stands que estarão espalhando na sede da Embrapa, o público terá acesso a toda a cadeia produtiva: de insumos, equipamentos e acessórios para floricultura e paisagismo até flores e plantas ornamentais, com venda direta do produtor, e ainda artigos para decoradores.

Serviço

FestFlor Brasil – Feira Nacional da Cadeira Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais

Local: Pavilhão de eventos da sede da Embrapa: Final da W3 Norte, Asa Norte, Brasília / DF

Datas e horários: nos dias 27 e 28/10, das 14h às 20h e nos dias 29 e 30/10, das 10h às 21h

Entrada gratuita.

[Leia no site](#)

24/10: MAPA - [Missão de Cuba está no Brasil para inspecionar frigoríficos de carne de aves e suínos](#)

Técnicos de outros países também vêm ao país para renovar ou habilitar novos estabelecimentos

Uma missão Veterinária de Cuba está fazendo inspeções sanitárias em frigoríficos de carnes de aves e suínos no Brasil. Eles irão percorrer dez estados: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Tocantins e Bahia. São dez auditores, divididos em cinco grupos.

Os técnicos cubanos devem renovar a habilitação e autorizar novas plantas frigoríficas. Os veterinários ficam no país até o dia 18 de novembro. As informações são do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Na próxima segunda-feira (24), está prevista a chegada de técnicos da República Dominicana para avaliar abatedouros de carne de frango in natura. Segundo o auditor fiscal federal agropecuário da Divisão de Auditoria Internacional do Mapa, Lucio Aki Kikuchi, esta poderá ser a primeira vez que o Brasil venderá o produto ao país. A visita se estende até o dia 1º de novembro.

Entre 21 de novembro e 2 de dezembro, será a vez da Bolívia fazer inspeções no Brasil em estabelecimentos de carnes bovina, suína e de aves. Não deverá haver a habilitação de novos abatedouros, apenas a renovação dos que já exportam. As unidades ficam em Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Até o fim deste ano, estão previstas missões da Coreia do Sul (carne suína em Santa Catarina, a partir de 16 de novembro), Peru (carnes bovina e de aves) e México (farinhas de aves e pescado). Os roteiros ainda serão definidos.

[Leia no site](#)

20/10: MMA - [Definidas regras para eleições do Conama](#)

Secretário de Articulação e Cidadania do MMA, Edson Duarte, destaca importância do processo e convida todas as entidades para participarem.

RENATA MELIGA

Portaria do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que será publicada na próxima semana no Diário Oficial da União, estabelece o calendário eleitoral e as regras para eleição de entidades ambientalistas para o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), no biênio 2017/2019.

O calendário foi definido durante reunião realizada em Brasília, nesta quinta-feira (20/10), entre a Comissão Permanente do Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas (CNEA) e o Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Edson Duarte.

O secretário convidou as entidades ambientalistas para participarem do processo eleitoral. Segundo ele, a consolidação de uma Política Nacional de Meio Ambiente passa pelo fortalecimento do diálogo com o movimento ambientalista. “Todo organismo funciona quando você participa e percebe que aquilo tem consequência”, ressaltou.

CNEA

A Comissão Permanente do Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas (CNEA) foi criada com objetivo de manter um banco de dados com o registro das entidades ambientalistas não governamentais atuantes no país. O Cadastro é hoje acessado por inúmeros organismos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, que podem utilizar as informações disponíveis para o estabelecimento de parcerias, habilitação em projetos e convênios.

[Leia no site](#)

21/10: CONAB - [Mercado adquire 5,7 mil t de café dos estoques públicos](#)

Todas as 5,7 mil toneladas de café arábica colocadas à venda nesta quinta-feira (20) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) foram comercializadas. O café, estocado em armazéns de Minas Gerais, foi comercializado por meio de dois leilões eletrônicos, com arrecadação total de R\$ 43,17 mi.

Estas ofertas regulares estão previstas até o final do ano e fazem parte da estratégia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para regulação do mercado interno, devido à elevação dos preços do produto. Técnicos da Companhia acompanham diariamente o comportamento do café no mercado.

Com mais estas duas operações, a quantidade total de café leiloado agora chegou a 708 mil sacas, com 60 Kg cada, o que equivale a 42,5 mil t. A quantidade restante, que deverá ser ofertada em novos leilões previstos até dezembro, é de 175 mil sacas ou 10,5 mil t.

[Leia no site](#)

20/10: ASBRAER - [Agricultor investe em irrigação localizada e reduz mais de 80% no consumo de água e energia](#)

Conhecido como Netinho, o agricultor Manoel Marcos Cardoso tem sido um grande exemplo para as comunidades rurais que trabalham com agricultura em Claro dos Poções, Norte de Minas. Com o apoio da Emater-MG, ele implantou um projeto na sua propriedade utilizando a irrigação localizada e microaspersão. Com isso, reduziu em mais de 80% o consumo de água e energia elétrica.

Netinho mora na comunidade rural do Brejão e, em fevereiro deste ano, começou a adotar práticas racionais de cultivo e métodos de irrigação com menor impacto ambiental. Ele conta que antes trabalhava com o modelo de irrigação convencional e pagava mensalmente em torno de R.150,00 a R.400,00 de energia elétrica. Com a implantação do novo método esses valores estão variando entre R0,00 e R0,00. No uso da

água, também houve uma redução expressiva. Antes, ele gastava 38 horas para irrigar dois hectares. Atualmente, gasta em média 8 horas para irrigar a mesma área.

O técnico da Emater-MG, Manoel Cardoso, é o autor do projeto e acompanhou este trabalho desde o início. Segundo ele, a água utilizada para irrigar vem do rio São Lambertão com a autorização legal do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam). "A principal proposta do projeto seria a utilização racional dos recursos naturais e econômicos, com o objetivo de aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de vida do agricultor familiar. Com isso, conseguimos diminuir os impactos ambientais, ou seja, produzir alimentos saudáveis, evitar o desperdício de água, reduzir os custos com energia elétrica e utilizar métodos naturais de controle de pragas e doenças", afirma.

Para implantar o projeto, Netinho teve que fazer um investimento na propriedade, adequando ao novo sistema de irrigação e às culturas envolvidas. "Estou muito satisfeito com os resultados que consegui, pois tive um retorno rápido e expressivo. Hoje me tornei exemplo para os meus colegas em Claro dos Poções e outros municípios vizinhos, que já vieram conhecer o projeto", comenta o agricultor.

Atualmente o agricultor cultiva quiabo, maxixe, coentro, alface americana, lisa e crespa, cebolinha, milho doce, dentre outras. O maracujá ocupa um hectare e é a cultura que desperta maior expectativa de rendimento. Está no sexto mês de implantação, iniciando a fase de florescimento. Os produtos são vendidos no município de Claro dos Poções.

As mudanças no trabalho do agricultor foram expressivas não só na economia de água e energia elétrica, mas também na forma de combater as pragas. O controle é feito utilizando extratos naturais de plantas. Satisfeito com a dimensão que o seu negócio tomou, Netinho agradece pela assistência da Emater. "É muito importante o acompanhamento que tenho. Isso foi imprescindível para o sucesso desse projeto", finaliza o agricultor.

[Leia no site](#)

21/10: JORNAL DE NOTÍCIAS - [SÃO FRANCISCO: Emenda de R\\$ 300 mi para revitalizar](#)

Uma emenda ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017 no valor de R\$ 300 milhões foi aprovada, nessa terça-feira, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal. O recurso, direcionado à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), é voltado a ações de recuperação e preservação da bacia do rio São Francisco. A proposta segue para deliberação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) antes ir ao plenário na sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados que aprova o conjunto global de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União para o próximo ano.

A emenda destinada à Codevasf foi uma das quatro aprovadas pelo colegiado de senadores, e a de maior valor. No total, a CMA aprovou R\$ 414 milhões; além da Codevasf, há destinações de recursos indicadas para o Ministério Público Federal (MPF), o Comando da Marinha e o Tribunal de Contas da União (TCU). O prazo para os deputados e senadores apresentarem emendas à proposta orçamentária de 2017 começou no dia 3 de outubro e prossegue até as 20 horas do dia 20.

A presidente da Codevasf, Kênia Marcelino, participou, nessa terça (18) e quarta (19), de reuniões no Congresso Nacional com o objetivo de assegurar mais recursos de emendas parlamentares no Orçamento Geral da União para que a Companhia possa reforçar as ações em benefício da população ribeirinha das bacias dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim.

Juntamente com a presidente, estiveram no Congresso os diretores de Revitalização das Bacias Hidrográficas, Inaldo Guerra; de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação, Luís Napoleão Casado; de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura, Marco Aurélio Ayres Diniz; e os superintendentes da Codevasf Rodrigo Rodrigues (Minas Gerais); Aurivalter Cordeiro (Pernambuco); César Mandarinó (Sergipe), e João

Francisco Jones Fortes (Maranhão). Parlamentares e bancadas dos estados da área de atuação da Codevasf estiveram com a presidente.

Nessa quarta, após reunião com o líder do governo na Câmara dos Deputados André Moura, na qual esteve presente também o superintendente regional da Codevasf em Sergipe, César Mandarino, a presidente da Companhia conversou no Congresso com prefeitos dos estados de Alagoas e Sergipe. Na ocasião, os gestores municipais puderam saber mais sobre a atuação da empresa em seus estados.

Kênia Marcelino apresentou aos parlamentares os principais programas e ações da Companhia para alocação de recursos de emendas, tanto individuais quanto de bancadas ou de comissões – entre eles o apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, a reabilitação de projetos de irrigação, a implantação de obras de infraestrutura hídrica e a revitalização das bacias hidrográficas.

“São diversas as ações que a Codevasf desenvolve, desde revitalização, passando por desenvolvimento regional com atividades como apicultura, ovinocaprinocultura e piscicultura, até obras estruturantes. Em Alagoas e Sergipe, por exemplo, nós temos centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura, que desenvolvem pesquisa, melhoramento das espécies, peixamentos e projetos de produção. O impacto disso na região é muito importante. Com nosso trabalho, precisamos realmente dar mais qualidade de vida a essas famílias da zona rural”, pontuou a presidente.

[Leia no site](#)

24/10: GLOBO.RURAL – [Novas regras facilitam acesso de cooperativas ao crédito](#)

Todos ganham quando pessoas se organizam para planejar a produção, custear safras, insumos e pensar estratégias de comercialização. O resultado dessa união, quase sempre, é o desenvolvimento local sustentável, a geração de renda e a inclusão social. Nesse contexto, beneficiar a matéria-prima para agregar valor é caminho óbvio para um setor que pensa em cadeia. E conseguir crédito para viabilizar o processo de industrialização do produto do cooperado está mais fácil agora.

Para atender a uma reivindicação do setor, o governo alterou as regras do “custeio de beneficiamento e industrialização” destinado às cooperativas agropecuárias. “É uma linha que tem sido muito usada pelas cooperativas do setor, que nos últimos anos mantiveram forte ritmo de investimentos na ampliação e modernização de suas estruturas agroindustriais. No último ano agrícola, foram utilizados R\$ 6,2 bilhões dessa linha”, ressalta Paulo César do Nascimento Júnior, coordenador do Ramo Agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Apesar disso, de acordo com o coordenador da OCB, essa linha não apresentava limites e as operações de financiamento dependiam basicamente de orçamentos operacionais e da capacidade de pagamento das cooperativas. “Nós sentamos pra discutir essa questão com o governo e, para este novo ano-safra, foram adotados limites que diminuem os riscos de questionamentos dos órgãos de controle e a insegurança das instituições financeiras”, afirma Paulo César.

O que muda

A partir de agora, as cooperativas serão atendidas por uma linha de crédito distinta dos demais beneficiários, com limites e prazos diferenciados. Na linha de crédito de Industrialização, as cooperativas terão seus limites definidos de acordo com seu faturamento bruto anual decorrente da atividade de industrialização ou beneficiamento de produtos agropecuários. Aquelas com faturamento bruto anual superior a R\$ 4 bilhões podem contar com crédito de até R\$ 400 milhões. Para aquelas com faturamento entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 4 bilhões, o crédito será de até R\$ 300 milhões. Entre R\$ 1 bilhão e 2,5 bilhões, crédito de R\$ 200 milhões. E, para as cooperativas que faturam menos de R\$ 1 bilhão por ano, o limite é de R\$ 100 milhões. “Esses limites garantem, de forma justa e imparcial, o enquadramento das necessidades operacionais das cooperativas, levando em conta a diversidade de seus quadros sociais, de 150 a 70 mil cooperados, e seus diferentes níveis de industrialização”, avalia Paulo César.

Márcio Recalde, superintendente de Agronegócio da Caixa, também acredita que a mudança é positiva: “As regras ficaram mais claras. Com isso, você distribui melhor o recurso, de acordo com o tamanho de cada cooperativa, e dá o suporte necessário para que agregue valor ao seu produto, que vai chegar ao mercado com um preço mais competitivo”.

O superintendente explica ainda que essa linha de industrialização se destina à cobertura de despesas com mão de obra, serviços, materiais auxiliares, insumos, seguros, impostos e outros itens ou encargos necessários ao processo de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários. Os juros são de 9,5% ao ano e o prazo para pagamento é, em geral, de um ano. “Acredito que com as alterações nas regras teremos uma demanda importante por essa linha, pois as cooperativas foram contempladas com regras segregadas dos demais beneficiários do crédito rural, o que irá viabilizar o atendimento de um número maior de cooperativas e, conseqüentemente, de um número maior de produtores cooperados”, diz.

[Leia no site](#)

22/10 – O ESTADO DE S. PAULO/SP - A regra prejudica investimentos?

22/10 – O ESTADO DE S. PAULO/SP - A regra prejudica investimentos?

*citação do PAC Equipamentos

Leia a resposta da equipe econômica para a pergunta da economista Vilma Pinto, da FGV-RJ, sobre a PEC do Teto

Vilma Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas:

“É importante frisar que o investimento público é uma variável importante para promover o crescimento. Mas é a primeira rubrica que se corta quando você precisa conseguir recursos adicionais. O investimento já vem sofrendo cortes desde 2014. Está num nível muito baixo e vai entrar no teto previsto na PEC já menor do que era. Vamos lembrar que a PEC não será alterada nos 10 primeiros anos. Então, serão dez anos sem a possibilidade de fazer uma política de ampliação de investimentos, ainda que ocorra uma recuperação da economia mais rápida e se gere folga na receita adicional para isso. A minha preocupação é essa: afinal, como está, parece que a PEC do Teto prejudica o investimento.”

Resposta da equipe econômica:

O investimento público passou de R\$ 77,5 bilhões (1,4% do PIB), em 2014, para R\$ 55,5 bilhões (0,9% do PIB), em 2015. O investimento deve ficar próximo ao seu valor de 2015, mas isso não será problema por pelo menos quatro motivos.

Primeiro, parte do corte de investimento seria normal ocorrer, como no caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que, em 2014, teve um programa de compra de tratores e caminhões que eram doados aos municípios. Esse programa terminou e o governo economizou mais de R\$ 5 bilhões. O Ministério da Educação também teve corte do investimento em 2015, mas neste e nos próximos anos o importante é ter despesas de custeio para operacionalizar os investimentos (novas universidades e escolas técnicas) que foram construídas nos últimos cinco anos.

Segundo, parte do que era considerado investimento público (rodovias, aeroportos, etc.) passará agora a ser inversão privada, com as concessões ao setor privado. Assim, seria natural que houvesse uma redução do investimento do setor público. Terceiro, pela regra da PEC 241, sempre que o resultado primário foi maior que o projetado, o governo poderá utilizar o excesso de superávit primário como extra teto para pagar os chamados restos a pagar. Como o maior saldo de restos a pagar é em investimento, naturalmente o investimento público será beneficiado por essa regra no caso de crescimento maior da receita e do resultado primário, já a partir de 2017.

Quarto ponto é que a regra do crescimento real zero da despesa primária do governo central não é por 20 anos. Essa regra é por 10 anos e poderá ser alterada, a partir do décimo ano, quando se espera que a

dívida pública já esteja em uma trajetória de queda e o superávit primário acima do governo central acima de 3% do PIB. Dessa forma, poderá ser revisada para, por exemplo, dar prioridade ao crescimento do investimento público ou outras despesas.

[Veja no site](#)

22/10 – GOVERNO DO PIAUI - [Seminário discute Políticas Públicas da Agricultura Familiar](#)

Edna Maciel

O diretor da Agricultura Familiar da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Antônio Pereira, e o diretor do Crédito Fundiário, Adalberto Pereira, participaram, na última quinta-feira (20), dos seminários sobre as políticas públicas voltadas para Agricultura Familiar nas cidades de União e Miguel Alves. Os eventos foram organizados pelos sindicatos dos trabalhadores rurais dos respectivos municípios e contou com a participação da Fetag, Banco do Nordeste e de representantes do Instituto de Terras do Piauí (Interpi).

Segundo Adalberto Pereira, foi realizada uma explanação nas ações do Crédito Fundiário em União onde existem mais de 130 famílias assentadas. “No ano de 2017, a expectativa da Secretaria é trabalhar com o foco na regularização do quadro social destes assentamentos, levando novas políticas públicas para estas áreas”, adiantou.

No município de Miguel Alves, além da discussão em torno das Políticas Públicas, também foram debatidas com o Banco do Nordeste, as demandas do Pronaf e a possibilidade concreta de atendimento destas demandas nas áreas de assentamento do crédito fundiário, além da regularização do quadro social nestes assentamentos e novas áreas a serem vistoriadas que estão sendo solicitadas pelo Sindicato.

A equipe da SDR, também participou de uma visita à Escola Família Agrícola de Miguel Alves, Instituição parceira do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na política da distribuição de sementes e outras atividades. “A escola é de ensino fundamental e tem grande importância na profissionalização de jovens de União, Miguel Alves e Lagoa Alegre, enfim e toda a região”, concluiu o diretor.

[Veja no site](#)

Assessoria de Comunicação Social

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER

Telefone: (61) 2020-0293 | (61) 99241-3607

imprensa.anater@mda.gov.br